

Notícias Sindicais, 14/03/14

Portal da CUT

CNTE convoca greve nacional para a próxima semana

13/03/2014

Agenda de luta abrange questões pontuais para a consolidação de uma educação pública de qualidade com valorização dos/as trabalhadores/as

Escrito por: William Pedreira

A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) marcou para os dias 17, 18 e 19 de março uma greve nacional.

Como no ano passado, trabalhadores/as da educação de todos os 26 estados mais o Distrito Federal paralisam as atividades na luta pela valorização da educação pública e da categoria. No dia 19, todos/as trabalhadores/as estarão reunidos para um grande ato em Brasília.

A agenda de luta abrange algumas questões pontuais como o cumprimento da Lei do Piso; Plano de Carreira para todos os trabalhadores em educação; investimento dos royalties do petróleo na valorização da categoria; votação imediata do Plano Nacional de Educação com 10% do PIB destinado à educação pública; contra o projeto de reajuste do Piso pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e a proposta dos governadores para o reajuste do Piso.

Lei do Piso – o Ministério da Educação anunciou em janeiro deste ano a atualização do Piso Salarial em 8,32%. O índice está aquém das estimativas da CNTE.

Pela Lei do Piso Nacional do Magistério, em vigência desde 2008, o reajuste terá de ser feito anualmente de acordo com o aumento do valor do custo aluno/ano seguindo como indicador o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Segundo a CNTE, valores já consolidados pelo Fundo até novembro de 2013 indicavam um reajuste aproximado de 15%. “Infelizmente, tem sido uma tradição a instituição de um reajuste com índices inferiores”, lamentou Roberto Franklin de Leão, presidente da CNTE. Ele atenta que dados do site do Tesouro Nacional mostram que o repasse aos governos estaduais e municipais pelo Fundeb foi de R\$177 bilhões, mas os cálculos do governo contabilizam apenas R\$111 bilhões.

À luz das dificuldades, ainda hoje boa parte das unidades federativas descumprem o Piso na sua integralidade. “Somente quatro ou cinco estados cumprem a Lei em sua plenitude, no valor, jornada de trabalho e instituição da prova de carreira. A Lei do Piso foi criada com o objetivo de promover um processo de valorização da educação, porém tem deixado de cumprir tal proposição”, criticou.

Mais ataques – projeto de lei 3776/08 proposto pelo Executivo Federal propõe a fixação do reajuste do Piso com base no INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Tal parecer vai na contramão da valorização do magistério e na busca por melhorias na qualidade da educação.

Com a luta da categoria, a votação do projeto foi suspensa. Mas a ameaça permanece, já que para sua aprovação falta apenas o aval do plenário da Câmara.

Aprovação do PNE se arrasta no Congresso – o Brasil ainda convive com uma lacuna, já que o último Plano Nacional de Educação (PNE) esteve em vigência até 2010.

O novo Plano, que possui 21 metas e 177 estratégias para os próximos 10 anos, encontra-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional. A perspectiva é que a votação ocorra na próxima semana.

Mas há uma divergência a ser resolvida sobre qual texto deve prevalecer, o da Câmara ou do Senado.

Para o presidente da CNTE, o substitutivo do Senado é um retrocesso, principalmente na meta 20 que trata do financiamento. O texto do Senado mantém os 10% do PIB para educação, mas suprime a palavra pública, o que permite que o dinheiro público seja investido em convênios e parcerias com instituições privadas.

“Reiteramos nossa luta pela aprovação imediata do PNE seguindo o relatório da Câmara dos Deputados que foi construído em conjunto com a sociedade civil brasileira e aprovado por unanimidade na Casa. E que os investimentos sejam destinados somente à escola pública, porque é a que necessita de apoio, de investimento”, ressaltou.

Outras reivindicações – a greve nacional também será uma oportunidade para chamar a atenção sobre a importância de que os royalties do pré-sal sejam investidos na valorização dos/as trabalhadores/as da educação.

Mas para que os recursos futuros sejam destinados a esta finalidade é necessário à regulamentação de uma Lei que determine como estados e municípios deverão utilizar essa verba. “Já iniciamos esta conversa com as nossas entidades filiadas para pressionar as Câmaras de

Vereadores e Assembleias Legislativas para regulamentação da Lei tendo como parâmetro os interesses da educação pública e da classe trabalhadora”, relatou Leão.

Na agenda da CNTE também está a luta para que todos/as os/as trabalhadores/as da educação tenham piso, plano de carreira e jornada.

** com informações da CNTE*

Portal da CUT

Cresce número de trabalhadoras metalúrgicas no Brasil, aponta pesquisa

13/03/2014

Estudo do Dieese à CNM-CUT e à FEM-CUT de São Paulo mostra que trabalhadoras já são 19%, contra 14,9% há dez anos

Escrito por:

As metalúrgicas já totalizam 19,03% da força de trabalho no ramo em todo Brasil. É o que mostra estudo feito pela Subseção do Dieese da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) e da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT/SP. O estudo é feito anualmente no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Baseado nos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho, o levantamento aponta que a presença feminina no ramo metalúrgico vem crescendo ano a ano. Em 2003, elas representavam 14,9% (veja Gráfico abaixo). “É uma evolução significativa”, avalia a secretária da Mulher da CNM/CUT, Marli Melo. “A cada ano estamos ampliando nossa presença na categoria e acredito que, mesmo tendo muito ainda a conquistar, isso é fruto de nossa luta por igualdade de oportunidades”, complementa.

O estudo mostra que no ramo metalúrgico há 2,439 milhões de trabalhadores. Desse total, 464.140 são mulheres. Em relação a 2012, foram quase 20 mil novos postos de trabalho femininos gerados em 2013 (veja alguns gráficos no link – final da matéria).

No detalhamento por setor, a Subseção do Dieese assinala que a maior participação feminina está no setor eletroeletrônico (36,36%) e a menor, no naval, com 8,88%.

Avaliando somente a base da CNM/CUT, o estudo aponta que a presença feminina em todo o país é maior e chegou a 19,65% em 2013, com quase 169 mil trabalhadoras metalúrgicas. Também na base cutista, a proporção de mulheres metalúrgicas por setor é maior do que a média nacional na maioria deles, com preponderância no eletroeletrônico (38,73%). Também aqui a menor presença de trabalhadoras está no setor naval (9,22%). Veja na Tabela abaixo.

O levantamento mostra também que a maioria das mulheres metalúrgicas brasileiras (41%) tem de 18 a 29 anos. Esta proporção é a mesma também na base da CNM/CUT. “É uma mão de obra jovem”, constata Marli Melo, dizendo que é preciso também desenvolver ações sindicais focadas nesta realidade.

Quando é feito outro recorte, a maior presença feminina se dá na faixa de 30 a 39 anos, com 33%. “Ou seja, praticamente dois terços das trabalhadoras da nossa categoria (74%) têm entre 18 e 39 anos”, aponta a secretária da Mulher da CNM/CUT. Veja no Gráfico:

Segundo a sindicalista, os estudos da Subseção do Dieese sobre o perfil da trabalhadora metalúrgica são subsídios importantes para as ações da Confederação relativas à luta por igualdade de oportunidades e de remuneração e para formular pautas específicas para negociações com empresários e governos.

São Paulo - A participação das mulheres no mercado de trabalho metalúrgico passou de 40,5 mil (15,8% em 2012) para 43,7 mil (16,69%) em 2013. A maioria tem de 30 a 39 anos. Estes são alguns dos principais dados da pesquisa sobre o Perfil das Mulheres Metalúrgicas na base da FEM no Estado de São Paulo, divulgado nesta sexta-feira (7), véspera do Dia Internacional da Mulher.

Elaborado pela economista Caroline Gonçalves, o estudo revela que os setores que têm maior presença de trabalhadoras são o eletroeletrônico (34,26%) e automotivo (12,83%).

O levantamento também revelou um dado animador: 9,5 mil metalúrgicas (21,89%) têm maior tempo de estudo, possuindo no mínimo nível superior. Com relação à participação feminina na base da FEM, que tem 15 sindicatos metalúrgicos filiados no estado, proporcionalmente a maior concentração delas está em Salto (26,62%); depois vem Itu (25,46%), Sorocaba (20,86%) e ABC (15,17%).

A Secretária da Mulher da FEM-CUT/SP, Andréa Ferreira Souza, comemora os resultados e destaca que é preciso continuar avançando. “Nas nossas Campanhas Salariais temos dialogado com os empresários para conscientizá-los a contratarem mais mulheres nos setores”, explica.

A dirigente destaca alguns avanços que propiciaram este ambiente, como a cláusula que recomenda às empresas a proteção, incentivo e valorização do trabalho da mulher e destaca também a preparação de trabalhadoras para a ocupação de cargos de chefia.

Andréa cita outras conquistas sociais como a garantia de emprego à gestante, bem como a função compatível à sua condição física na fábrica. "A ampliação da licença maternidade de 120 para 180 dias para as mães e adotantes é um grande avanço que conquistamos em quase todos os nossos setores. No G8 e Estamparia, as empresas podem conceder o benefício, mas continuaremos a luta para transformar este direito em efetivo para estas trabalhadoras", conta.

Outro avanço foi a cláusula que assegura a assistência social, orientação jurídica e afastamento e afastamento compensáveis para as empregadas que forem comprovadamente vítimas de violência doméstica ou familiar.

link para infográficos

<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/numero-de-mulheres-na-categoria-metalurgica-cresce-a-cada-ano-no-brasil>

Fontes: Solange do Espírito Santo - assessoria de imprensa da CNM/CUT e Viviane Barbosa, da FEM-CUT)

Portal da CUT

Depois de protesto, ministro receberá representantes dos policiais federais

13/03/2014

Greve nacional prossegue nesta quinta (13); trabalhadores/as aguardam resposta para as reivindicações

Escrito por: Rede Brasil Atual

Representantes dos funcionários da Polícia Federal vão se reunir com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, na próxima segunda-feira (17), segundo informou a federação nacional da categoria, a Fenapef. Também está previsto encontro, na terça, no Ministério do Planejamento. Em greve nacional de 72 horas, que termina hoje (13), os trabalhadores aguardam uma resposta para as reivindicações. O movimento tem adesão de agentes, escrivães e papiloscopistas. Eles reivindicam melhores condições de trabalho, mais contratações, reestruturação da carreira e definição das atribuições dos agentes garantidas em lei, assim como mais investimentos e reconhecimento profissional.

"Nunca tivemos as portas do governo fechadas para nos receber, porém todas as vezes que nos reunimos ouvimos apenas que temos razão e que eles buscarão alternativas para resolver nossos problemas. Estamos nessa luta há mais de cinco anos", disse o presidente da Fenapef, Jonas Borges Leal. Na tarde desta quarta (12), os sindicalistas organizaram a "Marcha dos Elefantes Brancos", na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em crítica aos inquéritos policiais, que consideram obsoletos. À noite, seria feita uma vigília em frente ao Ministério da Justiça. Cerca de mil trabalhadores participam das manifestações, segundo a federação.

A entidade defende ainda a regulamentação da Lei 12.855/2013, conhecida como adicional de fronteira, que prevê gratificação aos trabalhadores que atuam com prevenção, controle e fiscalização em áreas fronteiriças. "Com isso, os trabalhadores que atuam em fronteiras, ou locais de difícil fixação, receberiam pagamento adicional de R\$ 91 por dia de trabalho", disse Leal. Eles apontam outros problemas, como a terceirização.

"No aeroporto de Brasília, por exemplo, temos dois policiais federais para 30 terceirizados. São pessoas que têm acesso a muitas informações sem o menor conhecimento, preparo ou compromisso com o Estado", diz o dirigente. Para a Fenapef, a falta de recursos e de reconhecimento profissional e salarial estão entre os fatores responsáveis pela desmotivação dos policiais. A entidade afirma que nos últimos sete anos a categoria acumula perdas de aproximadamente 40%.

Portal da Força Sindical

Multas para quem não cumpre lei de cotas fica mais salgada

Mudaram os valores das multas para quem não cumpre a cota de vagas reservadas às pessoas com deficiência. Neste mês o Espaço da Cidadania faz impressão de cartilhas de esclarecimentos, atualizadas e coloridas.

Multa da Lei de Cotas agora é mais "salgada"

A partir de 1º de janeiro de 2014 o valor da multa pelo descumprimento da Lei de Cotas varia, conforme a gravidade da infração, de R\$ 1.812,87 (um mil, oitocentos e doze reais e oitenta e sete centavos) a R\$ 181.284,63 (cento e oitenta e um mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos). É o que prevê a Portaria MPS/MF Nº 19, de 10/01/2014.

Nova Impressão de Cartilhas do Espaço da Cidadania.

O Espaço da Cidadania fará nova impressão da Cartilha "Conviva com a Diferença – Dicas para o relacionamento social com a Pessoa com Deficiência" e da Cartilha "O Trabalhador com Deficiência – Inclusão pela Lei de Cotas" a partir de 21 de março, onde os parceiros poderão inserir suas logomarcas compartilhadas na última página, pagando o valor correspondente à quantidade encomendada, diretamente à gráfica. A entrega será feita até 07 de abril.

Mais ações de inclusão estão acontecendo e você e sua organização podem participar:

17/03/2014 – São Paulo

Governo do Estado de São Paulo promove o 1º Encontro de empresários para contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados pelo INSS.

O objetivo do evento é reunir responsáveis pela contratação de pessoas com deficiência das empresas dos mais diversos segmentos, apresentar os serviços oferecidos pelo Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PADEF), etc.

Horário: 9:00h as 12:00 horas

Local: Palácio dos Bandeirantes

Endereço: Avenida Morumbi, 4.500

Mais informações pelo e-mail padeff@emprego.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3241-7172

26/03/2014 – Osasco

Palestra "O papel dos Sindicatos na Defesa dos Direitos do Trabalhador com Deficiência" (com foco na saúde do trabalhador e na prevenção de acidentes).

A palestra contará com a presença do Dr. José Carlos do Carmo (Kal), Auditor Fiscal do Trabalho/Coordenador do Projeto de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Estado de São Paulo. Organizador: CISSOR – Conselho Intersindical de Saúde e Seguridade Social de Osasco e Região

Horário: 9:00h as 12:00 horas

Local: Sindicato dos Comerciários de Osasco

Endereço: Rua Antonio B. Coutinho, 118 – Centro – Osasco

Mais informações e inscrições nos e-mail sinecovel@uol.com.br ou ecidadania@ecidadania.org.br

28 e 29/03/2014 – São Paulo

Curso "Como Implantar um Programa de Inclusão Passo a Passo"

É um curso diferenciado com grande oportunidade para debater e construir um programa de inclusão com sucesso, suas etapas, responsáveis, quem e como envolver, acompanhamento, nuances e dicas práticas da legislação e ao final montar um projeto a ser aplicado em sua empresa.

Organizado por: Training People

Horário: das 9h00 às 17h00

Local: Av. Paulista, 1159 – 16º andar (A 300 metros Estação Trianon/MASP)

Mais informações pelo telefone (11) 99607-4946 com Luciano Amato

29/03/2014 – São Paulo

I Fórum Municipal de Autismo – Acessibilidade e Mobilidade Territorial

O objetivo é debater políticas públicas que promovam ações efetivas para o pleno atendimento das pessoas com transtorno do espectro do autismo, na cidade de São Paulo, tendo em vista a acessibilidade e a intersetorialidade dos serviços a nível territorial.

Horário: das 9:00h as 17:00 horas

Local: Câmara Municipal de São Paulo - Auditório Prestes Maia

Endereço: Vd. Jacareí, 100- 1º andar

Mais informações através do e-mail natalini@natalini.com.br

10 a 13/04/2014

Reatech – XIII Feira Internacional de Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esporte Adaptado.

A XIII Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esporte Adaptado, que acontecerá no Centro de Exposições Imigrantes em São Paulo é organizada pelo Grupo CIPA, traz vários expositores, que apresenta as novas tecnologias acessíveis, produtos e serviços para pessoas com deficiência. Mais informações através do site www.reatech.tmp.br

Na Feira também acontecerá em 11 de abril o Fórum Lei de Cotas e Trabalho Decente para a Pessoa com Deficiência que tem como objetivo de difundir as melhores práticas no cumprimento da Lei de Cotas e as tendências da fiscalização trabalhista, das decisões Judiciais e do Legislativo para a inclusão de trabalhadores com deficiência nas empresas brasileiras. Mais informações através do e-mail ecidadania@ecidadania.org.br

Todos os participantes do Fórum poderão visitar gratuitamente estes setores: Acessibilidade, Adaptações, Agências de emprego, Animais treinados, Aparelhos Auditivos, Aparelhos e equipamentos especiais, Avaliação Física, Bancos e Instituições Financeiras, Cadeiras de roda, Departamentos de RH, Distribuidoras de produtos, Educação, aprendizado e Treinamento, Entidades

Públicas e Privadas, Empresas com ofertas de emprego, Equipamentos Hospitalares, Esportes Adaptados, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Higiene Pessoal, Hidroterapia, Home Care, Indústria Farmacêutica, Informática, Livros e Publicações, Produtos Ortopédicos, Próteses e Órteses, Terapias Alternativas, Trabalho, Turismo e Lazer.

Portal Mundo Sindical

Metroviários/as de Minas Gerais vão paralisar atividades no dia 19

Metroviários e metroviárias de Minas Gerais paralisam as atividades no dia 19, próxima quarta-feira. A categoria aprovou a greve, pelo menos por um dia, em assembleia realizada na noite de terça-feira (11), na Estação Central do Metrô, no Centro de Belo Horizonte.

Trabalhadores e trabalhadoras decidiram pelo estado de greve em assembleia no dia 25 de fevereiro, quando, em audiência na Procuradoria Regional do Trabalho, representantes da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Metrominas não apresentaram qualquer informação sobre o destino de metroviários e metroviárias com o projeto de parceria público privada (PPP), que é rejeitado pela categoria, organizada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais (Sindimetro-MG). A medida ameaçaria empregos e direitos trabalhistas, bem como possibilitaria a ampliação da terceirização no metrô. As empresas também nada esclareceram sobre o valor das tarifas, que aumentaram com as PPPs no Rio de Janeiro e São Paulo, e a expansão das linhas.

Na assembleia de terça-feira, trabalhadores e trabalhadoras do metrô contaram com apoio da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG), representada pelo vice-presidente, Carlos Magno de Freitas.

A categoria vai realizar ato público às 8 horas do dia 19, na Estação Central, e se reunirá em assembleia geral após nova audiência na Procuradoria Regional do Trabalho, programada para as 10 horas. Na assembleia, metroviários e metroviárias podem aprovar a greve por tempo indeterminado. A última audiência na Procuradoria, no dia 25 de fevereiro, metroviários e metroviárias foi acompanhada pela secretária de Políticas Sociais da CUT/MG, Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos.

Fonte: Rogério Hilário/CUT-MG - 13/03/2014

Jornal do Brasil, 14/03/14

Emprego na construção brasileira cresce 1,19% em janeiro

O número de trabalhadores com carteira assinada na construção civil brasileira registrou alta de 1,19% em janeiro de 2014, em relação ao contingente empregado em dezembro de 2013, com a contratação de 41 mil pessoas, segundo pesquisa mensal do SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo) com a FGV (Fundação Getúlio Vargas). Em janeiro, o número de trabalhadores do setor passou de 3,449 milhões para 3,490 milhões.

Já em relação ao número registrado em janeiro de 2013, quando o setor empregava 3,433 milhões, o levantamento indica acréscimo de 1,66%. "Esperamos uma recuperação gradual das contratações de mão de obra no setor ao longo do primeiro semestre, ultrapassando o recorde de 3,571 milhões de empregados formais, alcançado em setembro do ano passado", observou o presidente do SindusCon-SP, Sergio Watanabe.

No primeiro mês do ano, apenas a região Norte do país registrou redução de vagas.

Em janeiro, comparado a dezembro, no Estado de São Paulo, o saldo entre demissões e contratações nas empresas de construção civil ficou positivo em 15,9 mil trabalhadores, alta de 1,86%. Entre dezembro e janeiro, o número de trabalhadores do setor no Estado passou de 852,2 mil para 868 mil pessoas com carteira assinada.

Coincidentemente, em relação ao número registrado em janeiro de 2013, quando o setor empregava 852,2 milhões, o levantamento indica acréscimo semelhante, de 1,86%.

Portal Mundo Sindical

Paralisação da educação em Friburgo, RJ, tem 80% de adesão, diz Sepe

O segundo dia de paralisação na rede municipal de ensino de Nova Friburgo, Região Serrana do Rio, tem cerca de 80% de adesão dos servidores, segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação. Segundo a prefeitura, a participação é abaixo de 30% dos profissionais. De acordo com o coordenador do Sepe no município, Luiz Salarine, nesta quarta-feira (12) pelo menos 45 escolas estão com as atividades integralmente interrompidas. A categoria alega o não cumprimento por parte da prefeitura do acordo firmado no fim do ano passado que previa, entre outras melhorias, a criação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para os profissionais de apoio.

A paralisação de 48 horas começou nesta terça-feira (11) com cerca de 50% de adesão dos profissionais das 140 escolas, que vão do berçário ao nono ano. O acordo descumprido pela prefeitura, segundo o coordenador do Sepe, estabelecia, além da criação do PCCS para os profissionais de apoio, que são merendeiras e auxiliares de creche, a convocação dos concursados de 1999 e 2007; e também o cumprimento da Lei de 1/3 da carga horária que deve ser destinada ao planejamento das atividades.

Às 14h desta quarta-feira será realizada uma assembleia na sede do Sindicato dos Têxteis na qual será votada se a categoria entrará em greve a partir desta quinta-feira (13). Segundo o coordenador do Sepe, a indicação do conselho deliberativo dos profissionais é que os servidores aprovelem a greve por tempo indeterminado.

"É muito provável que entremos em greve por tempo indeterminado, pois o prefeito está intransigente e insiste em escolher com qual sindicato quer negociar. Até agora a prefeitura não fez contato com o sindicato. Mandamos a pauta antes do Carnaval, avisamos da paralisação e nada", observou Luiz.

Sobre a criação do Plano de Cargos e Salários, a prefeitura informou ao G1 nesta terça-feira (11) que as leis vigentes impedem que apenas uma categoria seja beneficiada e, assim sendo, foi iniciado diálogo com o Sindicato dos Servidores Públicos de Nova Friburgo para concretizar uma proposta abrangente que venha a contemplar todas as categorias profissionais do quadro funcional da Prefeitura.

Luiz Salarine afirma que a alegação do prefeito Rogério Cabral está equivocada e que as leis que regem a Educação são separadas das dos servidores em geral. "Ele está completamente errado, pois as verbas e a legislação da educação passam por fora dos outros servidores. Não que eles não mereçam um Plano de Cargos e Salários e reajustes, mas começar agora a discussão de todos os servidores é leviano e vergonhoso. E se não pode criar um plano somente para a educação, como o prefeito disse, como então ele aprovou no mês passado o plano dos fiscais da prefeitura?", questionou o coordenador do Sepe.

O governo municipal reiterou que está aberto ao diálogo com o funcionalismo, através do Sindicato dos Servidores municipais, e que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários está sendo estudado e tão logo seja concluído será enviado à Câmara. Ainda de acordo com a prefeitura, caso seja deflagrada greve por tempo indeterminado, o prefeito reunirá a equipe jurídica para definir os procedimentos a serem adotados.

Fonte: Andressa Canejo/G1 - 13/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sem negociação, Sindicato dos Servidores de Uberaba convoca assembleia

Ainda sem resposta do prefeito Paulo Piau (PMDB) sobre a negociação salarial, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSPMU) publica hoje edital de convocação para assembleia da categoria. O evento está marcado para o dia 19 de março, a partir de 18h30.

O presidente do SSPMU, Luís Carlos dos Santos, explica que a assembleia será para informar sobre as dificuldades enfrentadas para avanço da negociação salarial e verificar as alternativas do grupo para agilizar as articulações com a Prefeitura. "Vamos executar o que for decidido pelos servidores em assembleia", afirma.

O sindicato aguarda uma reunião com o prefeito até o fim desta semana. Extraoficialmente, o líder sindical foi informado que o encontro será entre quinta (13) e sexta-feira (14), mas até agora nenhuma data foi confirmada na agenda. "O servidor está nos cobrando. A gente apostou no governo Piau e na expectativa que ele criou no funcionalismo. Queremos que o prefeito nos receba para dar uma resposta", salienta.

Santos argumenta que a negociação salarial precisa ser fechada este mês para a categoria ter um reajuste maior do que o índice da inflação. A partir de abril, o calendário eleitoral permite apenas a aplicação da correção monetária do período no salário dos funcionários públicos.

Da pauta de 22 itens, o SSPMU priorizou três para a campanha salarial deste ano: o reajuste salarial de 28,30%, sendo 13,3% de recomposição de perdas e 15% de aumento real; a revisão do tíquete-alimentação de R\$270 para R\$400, e definição da data-base em fevereiro.

Em entrevista à Rádio JM ontem, o presidente do SSPMU também lembrou que a categoria aguarda a reformulação do Plano de Carreira. O trabalho preliminar está sendo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mas a expectativa é compor uma comissão posteriormente com representantes do sindicato para discutir o projeto antes da formatação do texto que será encaminhado à Câmara Municipal.

Legislativo. O SSPMU também aguarda convite para a discussão da pauta dos servidores da Câmara. O presidente da Casa, vereador Elmar Goulart, posicionou ontem que a equipe técnica ainda não conclui o levantamento de impacto financeiro para embasar a contraproposta do

Legislativo. O sindicato será chamado para o início da campanha salarial quando os números forem apresentados ao parlamentar.

Fonte: Jornal da Manhã - 13/03/2014

Portal Mundo Sindical

Professores rejeitam proposta e mantêm greve em Várzea Grande (MT)

Sem entrar em um acordo com a Secretaria Municipal de Educação, os professores de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, decidiram permanecer em greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada após a quarta assembleia geral da categoria, realizada nesta terça-feira (11). Com as atividades paralisadas desde o dia 17 de fevereiro, as principais reivindicações da categoria são a reestruturação do Plano de Cargo, Carreira e Salários (PCCS) e revisão salarial.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Subsede em Várzea Grande, Gilmar Soares, a proposta apresentada pela Secretaria foi rejeitada pela categoria porque foi considerada insuficiente. "Nossas duas principais reivindicações, que são a reestruturação do PCCS e revisão salarial, não foram atendidas", revelou Gilmar. De acordo com ele, a proposta da Prefeitura com relação à revisão salarial é inaceitável. A pasta ofereceu um único percentual de reajuste, de 16,11%, englobando os anos de 2013 e 2014. Para o presidente do sindicato, tem que ser respeitada a data-base de cada ano, ou seja, o percentual de 2013 mais o de 2014, e não apenas um percentual para os dois anos, como propôs a prefeitura. De acordo com Gilmar Soares, o piso atual é de R\$ 906 e a categoria reivindica um salário de R\$ 1.060.

Outro ponto de desacordo entre a categoria e a secretaria é quanto à reestruturação do Plano de Cargo, Carreira e Salários. Segundo Gilmar Soares, a readequação ainda não está em vigor, sendo que a minuta que estabelece as modificações está pronta desde outubro do ano passado e ainda não foi apresentada aos professores para votação.

O secretário municipal de Educação de Várzea Grande, Jonas Sebastião da Silva, explicou que na proposta a pasta atendeu 100% do que foi exigido pela categoria quanto à revisão salarial. Foi oferecido um reajuste de 16,11% para os anos de 2013 e 2014, sendo que 10% seriam pagos imediatamente e 6,11% seriam parcelados até dezembro deste ano. "Não pretendemos modificar a proposta. O que temos a oferecer atualmente é isso. Agora vamos tomar as medidas judiciais cabíveis para resolver a situação", disse o secretário.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, Gilmar Soares, deve ser agendada uma audiência de conciliação entre a categoria e a Secretaria de Educação do município. "A previsão da Justiça é que essa reunião de conciliação seja na próxima sexta-feira à tarde, mas ainda não está confirmado", ressaltou Soares.

No dia 18, a Justiça determinou a volta imediata ao trabalho dos professores sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. A decisão é do desembargador Carlos Alberto Alves Rocha, que considerou a greve ilegal. A determinação atende ao pedido feito pela Prefeitura do município. Mesmo com a decisão da Justiça, o sindicato da categoria informou que a greve continua. Gilmar Soares afirmou que não concorda com o fato de a greve ser considerada ilegal. "A categoria tem documentos que comprovam que a ilegalidade existe por parte da Prefeitura, que não cumpre o que é acordado. Estamos há dois anos sem reajuste", declarou.

De acordo com o sindicato, 44 escolas estão com as atividades suspensas. Cinco estão em reforma e apenas duas estão funcionando parcialmente. Cerca de 18 mil alunos estão sem aula, já que cerca de 70% das escolas estão com os trabalhos paralisados.

Fonte: G1 - 13/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato dos Jornalistas de Tocantins alerta sobre abuso com banco de horas

A presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins – Sindjor/TO, Socorro Loureiro, informa que a entidade que dirige vai intensificar fiscalização sobre a utilização do banco de horas para os jornalistas. Segundo o Sindjor há evidências de abuso com a utilização do banco de horas, tanto no Interior, quanto na Capital.

A presidente adianta que a lei sobre horas extras continua vigente, devendo tal período extra de remuneração ser pago com os acréscimos pecuniários como manda a CLT, ou o Estatuto do Servidor Público conforme for o caso.

A dirigente sindical destacou que a prática do banco de horas foi implantada através da Lei 9.601/98, que alterou o art. 59 da CLT, o que quer dizer que não se trata de ato ilegal. Porém, explica que naquela época tal atitude de trocar pagamento de hora extra por banco de horas era até justificável, afinal, vivia-se momento em que o país atravessava recessão econômica com demissão de centenas de trabalhadores, fechamento de empresas.

"Não é este o momento vivido pela categoria de jornalistas no Tocantins, inclusive com expectativa da abertura de mais postos de trabalho, haja vista ser ano eleitoral," informa Socorro.

"Então, não se justifica falar em flexibilizar direitos trabalhistas, com prejuízo para o trabalhador, pois o banco de horas somente deve ser utilizado em momentos de dificuldade, ou crises empresarial, porém, bem comprovada, e mesmo assim, em períodos curtos," observa a presidente.

"Mas, o que está acontecendo é que o banco de horas está se tornando prática eterna, inclusive em grandes empresas do ramo da comunicação, sabidamente com ganhos excelentes", disse.

Para a presidente do Sindjor, não encontrando a empresa em dificuldade financeira comprovada que demonstre a real necessidade, então, utilizar banco de horas para evitar pagar horas extras, torna-se prática ilegítima.

Ela ressaltou que, como está na lei, a prática tem que ser acordada em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato da categoria representativa, sendo bem especificado a quantidade de horas trabalhadas, horários, período e forma de compensação, entre outros direitos.

A decisão também deve ser discutida e votada, geralmente por aclamação ou voto secreto com os trabalhadores, pois são eles os maiores interessados no acordo, explica.

Qualquer negociação individual pode ser arriscada, pois a justiça do trabalho poderá julgar inválido o acordo, se não for provada autenticidade. A dirigente alerta que banco de horas não é bem visto no meio sindical, pois, se resolve problema localizado de empresa, acarreta redução no ganho do trabalhador, salienta.

Um exemplo, destaca Socorro, é com relação à hora extraordinária que, quando é paga, deve ser acrescida de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, de acordo com a CF/88, ou do pagamento em dobro quando se trata de domingo ou feriado, que quando é para compensar via banco de horas, não se recebe qualquer acréscimo.

Então, com relação a horas extraordinárias em dias normais ou domingos e feriados, as horas acabam compensadas 1 por 1 em qualquer situação, o que é prejuízo para o empregado.

Fonte: Conexão Tocantins - 13/03/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores de frigorífico paralisam atividades em Santa Rosa, RS

Cerca de 1,4 mil trabalhadores de um frigorífico em Santa Rosa, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, paralisaram as atividades na manhã desta quinta-feira (13). O motivo, segundo a direção do Sindicato dos Trabalhadores está relacionado ao programa de participação de resultados do ano passado, além de maior remuneração e melhores condições de trabalho.

Uma das questões é a jornada. Os funcionários cumprem 40 horas de segunda a sexta-feira e mais quatro horas no sábado, dia em que gostariam de trabalhar somente com pagamento de horas extras. Eles reivindicam também o piso da categoria e melhores condições de trabalho.

A greve segue até que a empresa apresente uma proposta satisfatória. Os trabalhadores fecharam a rua em frente ao frigorífico. A direção da empresa informou que vai fazer uma reunião agora para continuar as negociações com o sindicato dos trabalhadores da alimentação.

Na sexta-feira (7), o sindicato apresentou uma proposta, a empresa concordou e o sindicato recuou. Por isso, as negociações seguem.

Fonte: G1 - 13/03/2014

Agência Brasil, 14/03/14

Trabalhadores pedem contrapartida em ações de incentivo à indústria

Mariana Branco - Repórter da Agência Brasil Edição: Fábio Massali

Os presidentes de cinco confederações de trabalhadores da indústria filiadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) reuniram-se hoje (13) com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges, para pedir contrapartidas para os funcionários nas ações de incentivo ao setor. Eles argumentam que benefícios como a desoneração da folha de pagamento e do Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) não foram repassados aos trabalhadores na forma de estabilidade e melhores salários. Juntas as confederações representam 3,2 milhões de empregados de aproximadamente 10 milhões no setor da indústria.

"Teve desoneração, foi importante. A desoneração da folha de pagamento causou a perda de 1% na arrecadação previdenciária, mas ajudou a garantir empregos. No entanto, a rotatividade ainda é grande e os salários, pouco expressivos", disse Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). Segundo ele, uma das soluções possíveis para dar segurança e garantir melhores condições para os trabalhadores é que a liberação de financiamentos para

empresas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fique condicionada às contrapartidas em favor dos empregados.

De acordo com Cayres, ficou acordado que os representantes dos trabalhadores montarão um grupo e discutirão as questões na comissão de relações do trabalho do Plano Brasil Maior, iniciativa do governo para estimular a indústria. Segundo ele, foi agendada ainda nova reunião no ministério daqui dois meses. Além da CNM, as outras confederações que participaram da reunião foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação (Contac), Confederação Nacional dos Químicos (CNQ), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário (CNTV) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Mobiliário (Conticom).

A *Agência Brasil* entrou em contato com a assessoria de comunicação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mas o órgão não se manifestou sobre o encontro.

Portal da CSB

Relação entre empresas e repressão é tema de seminário em SP

Debate ocorrerá em São Paulo em evento conjunto da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva

A relação entre empresas e o aparelho repressivo da ditadura estará no foco de um seminário no próximo dia 15 de março, às 13h30, na Assembleia Legislativa de São Paulo. O evento é uma iniciativa do Grupo de trabalho "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical", da CNV, e reunirá acadêmicos, pesquisadores, jornalistas, sindicalistas e membros e assessores das duas comissões.

Pela manhã, em encontro de trabalho, não-público, quando os participantes do seminário apresentam as principais pesquisas que possuem sobre o tema e trocam informações. À tarde, será feita uma apresentação pública sobre os temas debatidos, antecedida por uma entrevista à imprensa.

A apresentação pública dos estudos e análises debatidos pela manhã acontece à tarde, no Auditório Teotônio Vilela, a partir de 13h30, com transmissão ao vivo pela TV Assembleia. Acesse: <http://www.al.sp.gov.br/noticias/tv-alesp/assista/> e selecione o nome do auditório, para assistir.

A coordenadora do GT "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical", da CNV, Rosa Cardoso, participa das duas etapas do seminário, bem como o presidente da Comissão da Verdade Rubens Paiva, Adriano Diogo.

Já confirmaram participação os seguintes acadêmicos: Jorge José de Melo, da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História com a tese "Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971", Pedro Henrique Pedreira Campos, doutor em História com a tese "A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985, Denise de Assis, da CEV-Rio".

Também participam da atividade os sindicalistas Américo Gomes e Luiz Carlos Prates, o Mancha, e pesquisadores do Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica, do Centro de Memória Sindical da Força Sindical e da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SERVIÇO:

O quê: "Seminário: Como as empresas se beneficiaram e apoiaram a ditadura"

Quando: 15 de março de 2014, sábado

Horário: 13h30

Onde: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Auditório Teotônio Vilela

Endereço: Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera – São Paulo – SP

Transmissão ao vivo na internet: acesse <http://www.al.sp.gov.br/noticias/tv-alesp/assista/> e selecione o nome do auditório, para assistir.

Fonte: <http://trabalhadoresgtcnv.org.br/>

Organizado por Ernesto Germano